

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Informa que, na presente data, ocorreu um debate com a exposição dos números pela Secretaria da Saúde, do quadrimestre, que relacionou as questões da pandemia.

Desta forma, expressa preocupação em relação às UTIs dos hospitais de Santa Catarina, pois se sabe que, com o início da pandemia, o Governo Federal destinou aos municípios catarinenses recursos específicos para o custeio de tratamento de pacientes infectados. Inicialmente, foram repassados recursos para o custeio durante seis meses, mas agora foi cessado o repasse pelo

Governo Federal, mantendo-se apenas 50% dos leitos em alguns hospitais de referência.

Menciona que é preocupante, pois alguns municípios tiveram a redução de 100%, e conforme representantes do Governo municipal de Gaspar, o hospital tinha dez leitos e gostariam de ficar com cinco leitos, mas foi zerada essa possibilidade. Questiona a Secretaria de Saúde sobre a questão e quais as medidas estariam sendo adotadas sobre a situação se, por acaso, ocorrer uma segunda onda do coronavírus. Lamenta tal fato, pois houve o reconhecimento de que a taxa de ocupação dos leitos era de 34%, neste município, desta forma não entende como foi zerada a UTI, uma vez que a pandemia continua em curso.

Finaliza, apelando que haja diálogo entre o Governo Federal e Estadual para que haja manutenção do custeio dos leitos de UTI, ainda que de forma reduzida,

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Corrobora a fala do Deputado Ismael dos Santos, acrescentando que a pandemia só trouxe coisas ruins, mas pelo menos que deixe um legado no sentido de estrutura dos leitos de UTI, sendo que uma parcela dos mesmos deveria permanecer.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Corrobora as palavras do Deputado porque considera justo que esses leitos continuem onde estão. Alerta sobre as cirurgias que foram adiadas, e outros procedimentos que não foram feitos pela população durante a pandemia.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Soma-se à causa proferida pelo Deputado Ismael dos Santos, e se coloca à disposição para ajudar no que for possível. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Aproveita os pronunciamentos do Deputado Ismael dos Santos, e dos Deputados Neodi Saretta e Ada De Luca, para falar que a pandemia não trouxe nada de bom, mas serviu para evidenciar algo que era muito frágil, inoperante e muito pouco lembrado, que é a área da Saúde.

Espera que este momento sirva de alerta às autoridades, para que fiquem sempre preparadas para situações como essas, de emergência, tanto o Governo, quanto o Legislativo e o Poder Judiciário, com legislações mais claras sobre possíveis futuras ameaças.

Acredita que nunca mais se passará por uma situação como essa, mas salienta que o Estado catarinense tem condições financeiras de se preparar para tais eventualidades, e não sendo surpreendido e usando a ignorância para tomar decisões que são importantes, gerando crise política, além de crise financeira.

Finalizando, afirma que esta insegurança vai fazer com que o povo pague caro por isso, em 2021, quando não haverá mais os auxílios do Governo; e a insegurança jurídica cancelou muitos investimentos no Estado. Ressalta que é preciso começar a pensar com mais responsabilidade, e diz que a crise serviu para dar relevância aos erros cometidos, acreditando que haverá uma fase muito complicada para ser resolvida do próximo ano.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Registra indicação que está encaminhando ao Governador e Secretário da Educação, um pedido com muitas assinaturas, para que seja construída uma quadra poliesportiva na Escola Básica Estadual Ruizelio Cabral, no Bairro Nova Esperança, em Balneário Camboriú. Considera o bairro a nova fronteira de crescimento da cidade, mencionando que essa escola é muito importante para a comunidade local.

Informa que o Deputado Nilso Berlanda, o qual está substituindo na Casa, também solicitou, e assim está fazendo uma indicação para que o Poder Executivo estude a liberação de apresentações das bandas artísticas de Santa Catarina, já que as mesmas não estão liberadas em todo o Estado para se apresentar em eventos.

Comenta sobre o Programa Competitividade e Inovação Regional, criado no seu município e em outras cidades, e diz que o mesmo tem apoio do Sebrae, a participação de vários órgãos e

universidades, e que o citado programa está auxiliando muitas pessoas.

Surpreende os colegas Deputados ao contar que foi alvo de atentado a tiros, que o atingiram na cabeça, no peito e no braço, em um assalto, mas sobreviveu e, portanto, é favorável e defensor do porte de arma. Por isso, convida todos os Parlamentares a participarem, no dia dois de outubro, sexta-feira, no Clube de Caça e Tiro de Camboriú, no Município de Camboriú, do encontro do Grupo Pró-Armas Brasil.

Finaliza, ressaltando que é um equívoco por parte do Estado brasileiro não dar ao cidadão o direito da autodefesa, e afirma que ninguém tem segurança plena com tanta violência, como a que estamos vivendo atualmente. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Destaca que a presente data está sendo trágica para a história do Estado de Santa Catarina. Comenta a repercussão da operação da Polícia Federal na Casa D'Agrônômica. Considera que Estado passa por mais esse vexame, sendo manchete em todos os jornais do País, e já passou outro vexame, anteriormente, com a compra dos respiradores.

Justifica que a Polícia Federal nunca havia entrado na Casa D'Agrônômica, e afirma que é o fim de um Governo ineficiente, incapaz, que não conhece o diálogo e, agora, mancha o Estado catarinense e o seu povo.

Chama atenção dos Colegas que participaram da CPI dos Respiradores, salientando que a imprensa e todos os meios de comunicação enalteceram o trabalho da CPI, e também a condução da mesma pelo Deputado Sargento Lima e de todos que se empenharam para regatar a história das CPIs no Estado, fazendo com que a comissão cumprisse o seu papel.

Procede à apresentação de vídeo para ilustrar sua fala. Faz críticas à atuação do secretariado do Governo Carlos Moisés, detalhando que a CPI apurou vários atos ilícitos na compra dos respiradores.

Encerra, afirmando que ainda não foi possível recuperar os valores que foram pagos pelos respiradores, mas é a busca pela recuperação da dignidade ao Estado e ao povo catarinense. Parabeniza todos os Deputados, a Assembleia Legislativa, a Mesa Diretora, que deu toda estrutura necessária para que fosse possível construir este brilhante trabalho. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Lamenta o comentário feito pelo Deputado Ivan Naatz.

Anuncia que a Polícia Federal não foi à casa do Governador a mando da CPI ou de algum Parlamentar, mas, sim, para cumprir o dever cívico num ambiente investigatório, cuja vontade de encontrar a verdade é de todos e também do Governador.

Faz leitura de nota emitida pelo Poder Executivo Estadual na presente data: "Em relação à Operação *Pleumon*, deflagrada nesta quarta-feira, dia 30, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, o Governo do Estado de Santa Catarina informa que foram realizadas averiguações na Casa D'Agronômica e no Centro Administrativo, em Florianópolis. Foram entregues às autoridades policiais um celular e um computador, que já haviam sido ofertados previamente à investigação na data do dia 1º de julho. Importante destacar que o Governo do Estado apoia todas as investigações necessárias para apurar eventuais irregularidades no processo de compra de respiradores e permanece à disposição das autoridades para colaborar. Esse apoio não é apenas formal, já que o próprio Governador do Estado quem determinou, em 23 de abril, o início das investigações pela Polícia Civil do nosso Estado".

Afirma que essa não é a primeira vez, e não será a última, que algum agente público receberá uma visita de órgãos investigativos para busca e apreensão. Diz que não cabe à Assembleia, ou a qualquer cidadão, apresentar um juízo antecipado diante da situação. Alega que esse processo

investigatório recebe o apoio de todos, inclusive do Governo do Estado. Cita o ditado: "Quem não deve, não teme".

Pede lucidez, bom senso e cautela, para que não sejam estabelecidos julgamentos fora do seu tempo ou do seu prazo. Salaria que há uma investigação em curso e diz que a verdade chegará para todos. Conclui, alegando que não compete a nenhum Parlamentar, no momento atual, dizer que o Governador é culpado ou inocente. Isso, reafirma, os processos vão aclarar. *[Taquiografia: Roberto]*

Deputado Sargento Lima - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Parabeniza o Deputado Carlos Humberto pelas palavras proferidas, e afirma que é armamentista e pratica tiro. Acrescentando à fala, faz a diferenciação entre a presa e o predador: uma possui garras e presas e a outra não. Ao mesmo tempo, deseja sucesso no evento do final de semana.

Deputado Carlos Humberto - Comenta que fez uma injustiça durante seu pronunciamento por não comentar sobre a Polícia Civil e a Militar que, à época do seu acidente, fizeram um trabalho extraordinário.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até o horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Expõe boa notícia para o empreendedor catarinense, o fim da "ditadura das impressoras fiscais".

Menciona o alto custo que o ECF - Emissor de Cupom Fiscal significa para o empresário e anuncia a adoção da Nota Fiscal Eletrônica no Estado de Santa Catarina.

Diz que ainda faltam alguns ajustes técnicos para a regulamentação, os quais devem se resolver em breve. Finda, comemorando este importante avanço para o desenvolvimento do Estado.
[Taquigrafia: Roberto]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Registra que protocolou pedido de informação na Assembleia Legislativa, e também de indicação, sobre a convocação dos aprovados no concurso do Instituto do Meio Ambiente.

Conta que, em agosto do ano atual, o Estado convocou os aprovados do concurso, porém nenhum servidor foi nomeado para atuar no IMA do Município de Concórdia. Afirma que o Estado precisa esclarecer qual o motivo de não haver nomeado servidores para a Regional de Concórdia e por que, mesmo com a falta de servidores, ninguém do cadastro de reserva foi convocado.

Cita paralisação de aproximadamente um ano na obra da nova Subestação da Celesc de Concórdia, e por consequência os moradores da região tem reclamado de constantes quedas de energia. Relata encaminhamento de pedido ao presidente do Instituto do Meio Ambiente, solicitando urgência na análise do processo que solicita autorização para retirada da vegetação que circunda o novo alimentador da estrutura que compõe a rede de distribuição da energia elétrica no município de Concórdia.

Salienta que a Celesc está realizando investimentos para sanar o problema, porém sem autorização para retirada da vegetação é impossível dar continuidade à obra, que depois de pronta irá beneficiar diversos municípios.

Anuncia que recebeu, na manhã da presente data, a notícia do rompimento do convênio entre IMA e a Ecopef, equipe que faz a gestão partilhada para o uso público do Parque Estadual Fritz

Plaumann. Conclui, dizendo que protocolou pedido de informação, que será encaminhado ao presidente do IMA, para que seja explicado o porquê do fim do contrato de cogestão. [Taquigrafia: Roberto]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Antes de iniciar o tema que preparou para o discurso de hoje, o Deputado relembra que, durante a CPI dos Respiradores, alguns depoimentos e fatos escritos causaram perplexidade, e constata que a CPI prestou um importante serviço na elucidação dos fatos. Acrescenta que é muito triste e lamentável o acontecimento de hoje para Santa Catarina, mas espera que ao final tudo se esclareça.

Informa que, na data presente, aconteceu uma audiência pública na Comissão de Finanças, onde o Secretário Paulo Eli e a Secretária-adjunta Michele Patricia Roncalio apresentaram os resultados dos dois primeiros quadrimestres do atual ano. Comenta que a arrecadação de 2020 está maior em relação ao ano anterior, e conclui que o problema de Santa Catarina não é a arrecadação, mas, sim, a necessidade de qualificar o gerenciamento dos gastos públicos.

Cita o discurso do Deputado Carlos Humberto, no dia anterior, sobre a necessidade de investimento em infraestrutura em Santa Catarina, por possuir grande potencial de expansão de negócios, e especifica a imprescindibilidade de planejar investimentos, citando alguns exemplos de interligação das regiões do Estado. Também cita a situação das escolas que há dois anos estão com problemas de alagamento nas salas e, ao mesmo tempo, critica a compra de carros Fiat Toro para a Educação, argumentando que esse carro possui custo elevado e não é voltado para transporte de pessoas.

Lamenta a atual situação de Santa Catarina e demonstra decepção com o atual Governo do Estado.

E, antes de finalizar, informa que, na presente data, foi aprovado, na Comissão de Finanças, um requerimento para apensamento de todos os projetos que vão criar o popularmente

chamado "CPF na nota", que trará benefícios para o Estado. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Inicia seu pronunciamento, anunciando um projeto de sua autoria, que trata de reconhecer o Santuário Diocesano Bem-Aventurada Albertina Berkenbrock, do Município de Imaruí, como ponto turístico religioso de Santa Catarina. Comenta a importância do turismo religioso para o Estado e, principalmente, para a região do Santuário, que carece de investimentos. Acrescenta que o Santuário está localizado no vilarejo de São Luiz, e informa que é um local de peregrinações e romarias, recebendo cerca de quatro mil pessoas de diversos lugares do mundo, todos os meses, que vão conhecer a história de Albertina e renovar sua fé.

Informa que Albertina Berkenbrock, natural de Imaruí, era muito religiosa e devota de Nossa Senhora. Conta que ela foi brutalmente assassinada, e sua beatificação aconteceu no dia 20 de outubro de 2007.

Menciona que este importante projeto está na pauta de votação na presente data, e pede o apoio aos demais Parlamentares para garantir a aprovação.

Antes de encerrar sua fala, alerta para a necessidade de urgentes reparos e pavimentações nas rodovias que ligam a região de Imaruí, para garantir uma infraestrutura adequada para este importante ponto turístico. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO JERRY COMPER (Orador) - Informa que há 196 dias as escolas estão sem aulas, e comenta que seria o melhor momento para fazer reformas em suas estruturas. Relembra que, em 2003, durante o Governo Luiz Henrique da Silveira, criaram-se as secretarias regionais, onde trabalhou ao lado do saudoso Deputado Aldo Schneider e, também do Deputado Valdir Cobalchini, que foi secretário regional, comentando que os projetos de reformas eram colocados em prática e concluídos. Lamenta

que, em 2019, as secretarias foram fechadas, pois eram importantes por contribuírem com os projetos do Governo de Estado.

Deputado Volnei Weber (Aparteante) - Enaltece o ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, comenta a importância de ser bem recebido pelo Poder Executivo, e explica a relevância das secretarias regionais. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Comenta sobre a fala do Deputado Jerry Comper, que citou o saudoso Governador Luiz Henrique da Silveira, e diz que era um período onde existia celeridade na gestão pública.

Diz que a descentralização foi muito importante, pois todos os municípios se tornaram próximos do Governo, e na gestão atual os municípios se sentem distantes do Governo.

Lembra o Ciclone Bomba que atingiu o Estado, e que até agora as escolas, que sofreram danos, estão da mesma forma, sem receber ajuda alguma do Governo do Estado.

Reforça que sempre está cobrando, enviando requerimentos e moções ao Governo e Secretário da Educação, mas, infelizmente, nada tem sido feito, não entendendo se é por falta de organização ou de equipe.

Menciona que, quando retornarem as aulas presenciais, os estudantes encontrarão as escolas sem condições de recebê-los, porque não existe celeridade nas resoluções. E faz novamente menção, enaltecendo a figura do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Trata de dois assuntos; comenta que não costuma responder a críticas que chegam a sua pessoa por meio da *internet*, mas a única que fez com que se pronunciasse foi em relação àquilo que disse sobre "ter enaltecido a cidade de Joinville no dia de ontem",

Afirma que não esconde de ninguém que é bairrista, ama a sua cidade. Reforça que ao visitar outras cidades não vê nenhuma chaminé de empresa, roça de banana ou plantação de milho em volta, e se indaga de onde vem essa riqueza. Indaga, também, por que a infraestrutura, aqui, é melhor do que na sua cidade. Observa praças bonitas, tudo arborizado, efetivo policial, e até uma biblioteca pública estadual.

Comenta que Joinville tem dois grandes hospitais, o São José e o Hans Dieter Schmidt, que apresenta problemas de infraestrutura e agora está sendo reformado graças ao Covid. Quanto ao Hospital São José, diz que consome todo o IPTU do município, um hospital que é regional.

Em segundo lugar, fala sobre o tema discutido na comissão de Finanças e Tributação, com o Deputado Bruno Souza, e diz que tem a mesma preocupação. Afirma que elucidou à Deputada Paulinha, na comissão de Trabalho, qual era o seu posicionamento. Explica que a forma como foi votada não é culpa do Deputado Maurício Eskudlark ou de outros Deputados, mas esclarece que não concorda com a apresentação de projetos nesse modelo, chegando hoje para votar amanhã.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Comenta sobre a fala do Deputado quanto ao Hospital São José, e diz que o Governo atual criou uma política hospitalar em Santa Catarina, diminuindo os valores dos repasses para alguns municípios. Esclarece que o citado hospital tem condições de receber um milhão de reais do Estado, sendo que a folha de pagamento é R\$ 14 milhões, o custo do mesmo é R\$ 19 milhões e o total no ano é R\$ 239 milhões, desta forma não tem como o município manter tal situação.

Deputado Bruno Souza (Aparteante) - Afirma que aprecia muito a coragem do Deputado Sargento Lima, com seus posicionamentos muitos convictos, acreditando na sua boa vontade. Relata que no debate não pretendeu ser deselegante com os Colegas, mas tem o desejo de fazer um trabalho bem feito e no tempo adequado. [Taquigrafia: Guilherme]

Partido: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) -
Explica sobre a sua participação na comissão de Finanças na presente data, e discorre sobre a fala do Secretário Paulo Eli sobre as finanças do Estado.

Comenta, também, que tem um grande respeito pela história política e administrativa do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, mas que pensa de forma diferente no que diz respeito às secretarias regionais. Naquele período viu várias escolas interditadas levarem quase um ano para a sua desinterdição.

Cita algumas escolas que aguardam reformas, hoje, pois há problemas estruturais grandes na Secretaria da Educação, um deles na área de projetos, e menciona a necessidade de contratar mais engenheiros para dar conta de projeto e de execução de obras estruturantes.

Comenta que a Secretaria da Educação tem feito um trabalho financeiro, principalmente na questão das aposentadorias, dos gastos com os inativos. Acrescenta que, com a tecnologia, não é necessário uma secretaria em cada microrregião, pois custa muito caro.

Fala sobre o Instituto CEPA, da Epagri, que subsidia todo o levantamento de dados para o planejamento agrícola e a criação de políticas públicas em Santa Catarina. Menciona que o Estado é uma referência ao dizer que ocupa a quinta posição como produtor nacional de alimentos. Ressalta que o citado instituto merece todo o reconhecimento devido sua atuação, e parabeniza pelos 45 anos de história e de trabalho em prol da agricultura catarinense.

Complementando sua fala, diz que é preciso somar esforços, na Assembleia, junto com hospitais, Governo do Estado, Secretaria da Saúde, Fórum Parlamentar Catarinense, no sentido de pedir ao Ministério da Saúde que habilite os novos leitos de UTI-Covid que já estão atendendo a população catarinense, e o governo estadual está bancando, porque a pandemia continua e os

hospitais fizeram a sua parte para garantir que não falte leito nem atendimento. [Taquiografia: Guilherme]

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra a presença, na presente data, do Coronel Carlos Araújo, ex-comandante da Polícia Militar, e dá as boas-vindas, comentando sobre encontros que teve em eventos relacionados à Segurança Pública e à Defesa da Vida, quando o Coronel presidia o Conselho Nacional de Comandantes.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0130/2019 e 0185/2020.

A Presidência recebeu o apelo de alguns srs. Deputados, no sentido de incluir na pauta, da presente data, o PLC n. 0018/2020, de origem governamental, que regulariza a remuneração dos integrantes das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado de Segurança Pública, institui o regime remuneratório especial dos militares estaduais, e estabelece outras providências.

A decisão da Presidência é, no seguinte sentido, consultar todos os srs. Líderes e, havendo a concordância de todos, submeter o projeto à discussão e votação. Caso contrário, a matéria terá sua tramitação na sessão de terça-feira.

(Pausa)

A Presidência repete e esclarece à Deputada Paulinha que recebeu o apelo de alguns srs. Deputados, no sentido de colocar na pauta o PLC n. 0018/2020. E a Presidência decide que, havendo a

concordância de todos os srs. Líderes, a matéria vai ser discutida e votada hoje, caso contrário fica para sessão de terça-feira.

(Procede-se à consulta aos srs. Líderes.)

DEPUTADA PAULINHA - Manifesta sua posição totalmente favorável, e roga aos demais Líderes que sigam nesse comum acordo.

DEPUTADO JOÃO AMIN - Manifesta-se favorável.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Manifesta-se favorável.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Comunica que a bancada prefere votar na terça-feira próxima.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Menciona que, a pedido da bancada, indica votar na próxima terça-feira.

DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Concorda em votar hoje.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Manifesta-se por votar hoje.

DEPUTADO SERGIO MOTTA - Manifesta-se favorável.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Manifesta-se por acompanhar a bancada do PSL e do PSD.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Manifesta-se por acompanhar a bancada do Novo, do PSL e do PSD para votar na próxima terça-feira.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A votação, na próxima terça-feira, a Presidência esclarece que não traz qualquer prejuízo àqueles que têm interesse no projeto. Portanto, não havendo entendimento amplo e a concordância de todos os srs. Líderes, a Presidência pauta o projeto para a próxima terça-feira.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas para esclarecer. O Deputado Ismael dos Santos que trouxe essa demanda aqui, a nossa bancada acabou decidindo por conta que existe uma preocupação com relação aos que vão entrar na aposentadoria. E foi tratado isso com o Deputado relator, o Deputado Fabiano da Luz, mas que da manhã até agora surgiu

alguma dúvida. Então, para que não tivesse nenhum tipo de dúvida, por isso que a nossa bancada decidiu deixar para próxima terça-feira.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Feito o encaminhamento duplo do Deputado Kennedy Nunes.

Deputada Paulinha - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Paulinha.

DEPUTADA PAULINHA - Sr. Presidente, eu apenas queria perguntar a v.exa. e aos demais aqui, se de fato, no caso dos policiais civis, que já receberam a notificação do prejuízo da Iresa, se nós teremos algum tipo de problema nesse sentido.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência consulta o relator da matéria para saber se pode atender à questão levantada pela Deputada Paulinha.

DEPUTADA PAULINHA - Eu quero deixar claro que não há diferença efetiva de hoje para terça-feira no meu ver. Minha única preocupação é não ter tempo para processar o pagamento nesse mês. Nós fizemos todo um esforço...

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Se é necessário resposta, não. A resposta é não, Deputada Paulinha.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O Deputado Sargento Lima responde que não.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Não, não haverá prejuízos.

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Certo? Estará na pauta, então, na próxima terça-feira.

Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Em homenagem a todos que estão nesta Casa, entendendo e respeitando, e diz que ninguém mais do que a Polícia Civil está com esse problema, porque já tem determinação do STF de tirar a Iresa da folha salarial da Polícia Civil.

Tece comentários a respeito do projeto, e diz que, infelizmente, não tem como conseguir chegar a

um consenso maior do que chegou o Deputado Fabiano da Luz conseguiu, quando colocou todos os segmentos na sala dele, buscando entendimento, e fez uma emenda, mudando alguns artigos que eram necessários. Entende a angústia dos senhores que se fazem presentes, representantes da Segurança Pública, aqui no Plenário, os sindicatos, as associações. Afirma que ninguém aguenta mais esse terrorismo que os servidores da Segurança estão tendo na possibilidade de perder. Diz que é um direito de todo ser humano querer mais ou não, mas é preciso ter a consciência do que é possível e do que não é.

Pensa que não tem como melhorar o projeto, mas sempre tem avanços e melhoras. Assim, entende que o razoável seria votar o projeto na presente data, com a consulta da Presidência aos srs. Líderes e a concordância dos mesmos.

(Palmas das galerias.)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Maurício Eskudlark, a Presidência informa que já consultou os Líderes e a decisão já está tomada, a matéria será amplamente discutida, hoje não é o dia da discussão, e votada na próxima terça-feira. Se for para discutir a matéria, a Presidência sugere a todos que deixamos para a próxima terça-feira.

Deputado Ismael dos Santos - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Informa o sr. Presidente, que a solicitação à bancada não foi no sentido de buscar melhorar o projeto, mas o de dirimir dúvidas. E, nesse sentido, se pede a protelação até terça-feira.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O assunto está superado então.

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0002/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0097/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que determina como prioritário o tratamento diferenciado nas aquisições públicas catarinenses, para a microempresa e empresas de pequeno porte, durante a vigência de calamidade pública declarada. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0099.6/2020.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra para discutir a matéria os seguintes srs. Deputados:

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Manifesta sua preocupação e pede a atenção de todos os srs. Deputados nessa questão, porque é um projeto de lei. Diz que o projeto é extremamente bem intencionado e entende a intenção do autor, entretanto faz uma ressalva para todos os senhores presentes na presente data. Esse projeto tenta criar um tratamento diferenciado para pequena empresa, e isso parece bem intencionado, porém não há uma linha, nem um estudo econômico, científico, empírico que mostre realmente que isso traz algum traço de desenvolvimento econômico.

Menciona a situação que ocorreu este ano, a questão Fiat Toro, que é um clássico exemplo do incentivo que esse projeto de lei gera. Ele gera um incentivo para criação de empresas de fachadas, de empresas que não geram um emprego e não geram imposto nenhum para o próprio Estado, como por exemplo, aconteceu no caso das Fiat Toro. Diz que o Estado foi obrigado a destinar 25% das compras para supostamente uma micro e pequena empresa, pagando R\$ 30 (trinta) mil, mais caro em cada Fiat Toro comprada naquela ocasião.

Faz citações da empresa que vendeu, do Estado de Goiás, em Goiânia, que fica dentro de um shopping center, a qual também já vendeu elevadores de acessibilidade, freezer horizontal, scanner para a Defensoria Pública, butinas de couro, equipamentos hidráulicos e até rolo compressor. E tudo isso porque esse tipo de lei gera o incentivo para se criar empresas de fachada, ou seja, o sujeito tem um grande conglomerado, cria um CNPJ, coloca esse CNPJ numa pequena empresa, cria uma pequena empresa, mas na verdade ele é, apenas, o intermediário de uma grande empresa. Ele vai lá, compra de uma distribuidora, entra numa licitação como se fosse uma pequena empresa, e acaba vendendo para as licitações nos Estados e nas prefeituras, como aconteceu nas Fiat Toro aqui. O Estado pagou R\$ 30 (trinta) mil reais a mais em cada Fiat Toro, não gerou emprego nenhum em Santa Catarina, não gerou emprego nenhum em Goiás, que é a sede da empresa, e o imposto ainda foi para Goiás, porque o ICMS foi para lá, não ficou no Estado catarinense. Ao invés de dar esse dinheiro para empresas, que muitas vezes são de fachada, pega esse dinheiro a mais e cria linhas de créditos para as pequenas empresas do Estado catarinense.

Menciona que falou com um amigo, que é professor de Direito Administrativo, especialista em licitação, e a opinião foi exatamente essa, e quem entende do assunto é contra esse tipo de projeto de lei. E diz que o resultado desse tipo de lei é muito distante da intenção desse tipo de lei.

Portanto, pede encarecidamente aos srs. Deputados que, neste caso, votem pelo resultado e não pela intenção. Diz que a intenção é maravilhosa, mas o resultado é terrível. Faz uma exemplificação ao citar a expressão "efeito cobra", discorrendo de quando a Índia era dominada pelo Império Britânico, o qual tentou acabar com os ataques de cobra naquela ocasião que infestava a cidade Déli, e resolveu oferecer um prêmio por cada cobra morta entregue para as autoridades. E o que começou a acontecer? Não paravam de entregar

cobras mortas às autoridades, e as autoridades foram investigar o que estava acontecendo e constataram que estavam criando cobras para entregar às autoridades.

Assim, diz que esse projeto é do tipo clássico que cria cobra, pois se está tentando fazer uma política pública pelas intenções, mas os resultados não são positivos. Eventualmente, um projeto desses pode beneficiar uma pequena empresa. Mas, ao invés de pagar mais caro nas licitações, devem-se abrir linhas de crédito para as pequenas e microempresas em Santa Catarina.

DEPUTADA PAULINHA - Concorde com as palavras do Deputado Bruno Souza e as subscreve.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Menciona que tem o maior respeito pelo Deputado Ulisses Gabriel. E se manifesta na mesma linha do Deputado Bruno, defendendo que o gestor público tem que valorizar todo e qualquer centavo, e diz ser contrário a essa proposta.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Concorde com a manifestação do Deputado Bruno Souza e, mais uma vez, diz que não vai deixar passar mais um projeto pelas boas intenções.

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO - Soma-se às falas dos Deputados que o antecederam, e com todo o respeito que tem pelo Deputado Ulisses, comenta que o projeto é antieconômico.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Após manifestações dos srs. Deputados, a Presidência comunica que a votação será nominal, pois existem diversos votos contrários.

Em votação.

Os srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA - SIM

DEPUTADO ALTAIR SILVA - NÃO

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - NÃO

DEPUTADO BRUNO SOUZA - NÃO

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO - NÃO

DEPUTADO CESAR VALDUGA

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - NÃO

DEPUTADO DOUTOR VICENTE -
DEPUTADO FABIANO DA LUZ - SIM
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO
DEPUTADO FERNANDO KRELLING - NÃO
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO IVAN NAATZ
DEPUTADO JAIR MIOTTO - NÃO
DEPUTADO JERRY COMPER
DEPUTADO JESSE LOPES - NÃO
DEPUTADO JOÃO AMIN
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - NÃO
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES - SIM
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - NÃO
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO
DEPUTADO MARCIUS MACHADO - SIM
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADA MARLENE FENGLER - NÃO
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - NÃO
DEPUTADO MAURO DE NADAL - NÃO
DEPUTADO MILTON HOBUS - NÃO
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NAZARENO MARTINS - SIM
DEPUTADO NEODI SARETTA - SIM
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
DEPUTADA PAULINHA - NÃO
DEPUTADO RICARDO ALBA - NÃO
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SARGENTO LIMA - NÃO
DEPUTADO SERGIO MOTTA
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - SIM
DEPUTADO VOLNEI WEBER - NÃO

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos Deputados Cesar Valduga e Sergio Motta contrários ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando, assim, 27 votos, sendo sete "sim", 20 "não" e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. Deputados.

Temos 20 votos "não", sete votos "sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0180/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela "Aedes albopictus" e dengue "Aedes aegypti" no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0244/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que proíbe a utilização de bórax na confecção de gelecas, "slimes" e produtos similares, destinados a crianças.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0448/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que reconhece o Município de Gaspar como Capital Catarinense da Moda Infantil.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0487/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o selo "Empresa EConsciente".

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0505/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber, que institui a rota turística Caminhos da Beata Albertina Berkenbrock no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda supressiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0524/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que confere ao Município de São Martinho o título de Capital Catarinense das Bolachas Artesanais, bem como altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses", para o fim de neste incluir o referido Município.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Marcius Machado e Fabiano da Luz.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0009/2020, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que anula a Portaria SEF nº 344, de 2019, da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS nas operações com energia elétrica promovida pelo Distribuidor e destinada a pessoa beneficiária de subvenção e sobre a emissão da respectiva nota fiscal".

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Presidência concede a palavra ao sr. Deputado Milton Hobus.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Manifesta-se que o projeto faz justiça ao produtor rural catarinense. Diz que o Estado mudou a base de cálculo para cobrar mais impostos nesse momento de pandemia do pequeno produtor, das pousadas, das queijarias, da agricultura familiar, e entende que não se pode admitir tal fato. Menciona que todas as alegações do Estado são infundadas, e diz que é apenas a ganância de arrecadar mais impostos, e pede vênias a todos os srs. Deputados para que se possa anular o ato.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0636/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da concessão de isenções ou reduções de ICMS para as farmácias.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0639/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do anunciado chamamento de 35 oficiais e 500 soldados para a Polícia Militar e 104 agentes e 68 escrivães para a Polícia Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0640/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do andamento do edital de licitação para os projetos de ampliação de capacidade em alguns trechos da Rodovia SC-401, no trecho do Norte da Ilha.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0641/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos gastos da presidência do IMETRO-SC com combustíveis, pagas pelo Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0460/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, manifestando aplauso ao Colégio Madre Teresa Michel pela passagem dos 65 anos de sua fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1368/2020, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 1369/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 1370/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira; 1371/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1372/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus; 1373/2020, 1374/2020, 1375/2020 e 1376/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; e 1377/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1900/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 1901/2020 e 1902/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 1903/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus; 1904/2020 e 1905/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 1906/2020, 1907/2020 e 1909/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1908/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira; 1910/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca; 1911/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber; 1912/2020, 1913/2020, 1914/2020, 1915/2020, 1916/2020 e 1917/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; e 1918/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Deputada Ada De Luca - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Faz referências à Indicação n. 1910, que pede a ampliação de vagas de atendimento psicológico e psiquiátrico, bem como medicações quando houver necessidade. Também, solicita a realização de uma busca ativa de casos de pessoas que estão sofrendo traumas da pandemia, mencionando que recebe muitas mensagens de pessoas que se queixam, uma vez que é presidente da comissão de Direitos Humanos.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A
Presidência, agradecendo a todas as sras.
Deputadas e srs. Deputados que participaram da
sessão presencialmente ou telepresencialmente,
antes de encerrar a presente sessão, convoca
outra, ordinária, para amanhã, no horário
regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sílvia]